

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1245489 - SP (2018/0029277-8)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

**AGRAVANTE : MARCELO ANTONIO DE CARVALHO**

**AGRAVANTE : MARIA DE LOURDES MAGALHAES**

**AGRAVANTE : GERALDA MARIA DE JESUS**

**AGRAVANTE : CRISTIANO MARCELO MASSUCHINI**

**AGRAVANTE : MONICA DE OLIVEIRA**

**AGRAVANTE : MARIA DA CONCEICAO DA SILVA VIEIRA**

**AGRAVANTE : MILTON ANTONIO GOMES**

**AGRAVANTE : MARCO AURELIO DE MELO**

**AGRAVANTE : NILZA MARTINS**

**ADVOGADOS : FÁBIO EDUARDO SALLES MURAT - SP108018**

**ABÍLIO AUGUSTO CEPEDA NETO - SP188319**

**AGRAVADO : TELEFÔNICA BRASIL S.A**

**ADVOGADOS : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832**

**CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064**

**RICARDO LEAL DE MORAES - SP325160**

**LUCAS PHILIPPI DALL'AGNOL - SP350331**

#### **EMENTA**

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFONIA. CONTRATO DE ADESÃO AO PLANO DE EXPANSÃO DE TELEFONIA. PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇA DE AÇÕES.*

*1. Controvérsia acerca da aplicação do critério do balancete mensal a um contrato de planta comunitária de telefonia - PCT com previsão de retribuição de ações condicionada à integralização do capital mediante dação da planta comunitária à companhia telefônica, nos termos da Portaria 117/1991 do Ministério das Comunicações.*

*2. Nos termos do Enunciado n.º 371/STJ: "nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização".*

*3. Na linha da jurisprudência desta Corte Superior, a data da integralização, mencionada no Enunciado n.º 371/STJ, é a data do pagamento do preço estabelecido no contrato, ou a do pagamento da primeira parcela, no caso de parcelamento.*

*4. Particularidade dos contratos da modalidade PCT, em que a integralização do capital não se dá em dinheiro, no momento do pagamento do preço, mas mediante a entrega*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*de bens, em momento posterior ao pagamento do preço, com a incorporação da planta comunitária ao acervo patrimonial da companhia telefônica.*

*5. Necessidade de prévia avaliação e de aprovação da assembléia geral da companhia, para a integralização do capital em bens ('ex vi' do art. 8º da Lei 6.404/1976).*

*6. Inviabilidade de aplicação do Enunciado n.º 371/STJ aos contratos de participação financeira celebrados na modalidade PCT.*

*7. Precedentes desta Corte Superior no mesmo sentido.*

*8. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.*

**9. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino  
Relator